

Reflexões sobre o currículo do curso de Jornalismo

Gerson Moreira Lima

RESUMO

O artigo reflete sobre a questão do perfil dos jornalistas que irão ocupar as redações brasileiras por todo este século XXI no que ela repercute em termos de elaboração dos projetos acadêmicos na área. O autor procura fazer algumas contribuições de cunho curricular diante do perfil que se prevê será o do jornalista neste século.

Palavras-chave: Ensino do Jornalismo - Jornalismo - currículo

ABSTRACT

The paper reflects about the profile of the former journalists who will work at the Brazilian editorial departments during this century, mainly on the questions about academic projects production. Its author intends to contribute on the module matter behind this century's journalist expected profile.

Key words: Journalism teaching - Journalism - course module

RESUMEN

El artículo reflexiona a cerca de la cuestión del perfil de los periodismo que van a ocupar las redacciones brasileñas en el siglo XXI en aquello que ella repercute en términos de elaboración de proyectos académicos. El autor procura hacer algunas contribuciones al nivel de los currícula de cara al perfil que se prevé que vendrá a ser el del periodista en este siglo.

Palabras clave: Enseñza del Periodismo - Periodismo - currícula

Gerson Moreira Lima é doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professor da Universidade Católica de Santos e da Universidade Santa Cecília, também em Santos - São Paulo. Na última, é coordenador do Curso de Jornalismo. Também é membro da Comissão de Especialistas de Jornalismo do MEC. *e-mail*: gersonlima@hotmail.com.br.

Qual deve ser o perfil dos jornalistas que irão ocupar as Redações brasileiras por todo este século XXI? A questão, por mais ultrapassada que possa parecer, circula freqüentemente nos bancos universitários, embora nem sempre desperte a atenção dos responsáveis pelos diversos cursos de Jornalismo quando da elaboração dos projetos acadêmicos na área.

A justificativa para esse fato passa pelo desprezo de determinados coordenadores às questões de planejamento estratégico e até pela ótica distorcida de um grupo de professores de Jornalismo que insiste na argumentação de que a formação profissional na Universidade não deve obedecer a fórmulas prontas; principalmente em uma atividade como a do jornalista que requer um leque tão amplo de conhecimentos.

Felizmente, a postura não representa unanimidade. Há quase 20 anos os cursos de Jornalismo, por filosofia ou obrigatoriedade, têm-se submetido às determinações impostas pelo currículo mínimo do Ministério da Educação.¹ O documento do Governo - queiram ou não - foi a grande fonte para o delineamento dos cursos de Jornalismo nas últimas décadas. Para muitos, a imposição curricular nivelou o ensino por baixo e as Universidades passaram a ser rotuladas como fábricas de jovens jornalistas inteiramente despreparados para exercer a profissão.

Exageros à parte, a verdade é que muitos cursos se limitaram a cumprir as exigências mínimas curriculares e a consequência imediata foi o declínio na qualidade dos profissionais oferecidos ao mercado.

Obrigadas - por força da legislação - a contratar profissionais diplomados em Jornalismo, as empresas apelaram para os cursos de treinamento, "vestibular" que passou a ser praticamente obrigatório para a maioria dos recém-formados que aspiram a entrar no mercado.

Os proprietários da mídia - coadjuvados por muitos profissionais - passaram a disparar críticas sobre as Universidades. Entre elas, as de celeiro de generalidades, de discussões pseudo-teóricas e totalmente divorciadas da prática jornalística.

Os disparos à queima-roupa foram ganhando maior intensidade na medida em que o ensino público foi sendo sucateado. As entidades de educação particular foram-se proliferando e o ensino de Terceiro Grau, principalmente na área de Jornalismo, passou a ser um grande negócio.

No Provão do ano passado, 5.651

¹ O currículo mínimo data de 1983 e trouxe uma série de exigências visando a ampliar as atividades laboratoriais na faculdade, tendo em vista o estágio ser proibido no Jornalismo. Mas o currículo do MEC permitiu várias possibilidades para que as Universidades pudessem "jogar" com as disciplinas, praticamente transformando o curso em dois estágios: o básico, inteiramente teórico, e o prático, na maioria também teórico, tendo em vista que houve poucos investimentos em termos de tecnologia nas escolas. Havia um prazo máximo para que os cursos montassem seus laboratórios, mas muitos "driblaram" as exigências do Governo Federal até porque a fiscalização do Ministério da Educação praticamente inexistiu nesse período.

graduandos participaram, representando 113 cursos de Jornalismo, quase 30 por cento a mais do que o número registrado no primeiro Exame Nacional de Cursos, realizado em 1988.

Embora o crescimento de cursos assuste à maioria dos observadores (a cada ano sobe o número de estudantes de instituições privadas - 78 das 113 que participaram do Provão de 2001), representantes do Ministério da Educação se baseiam em estatísticas tentando mostrar que o ensino de Terceiro Grau no Brasil ainda engatinha se comparado com Europa, Estados Unidos e mesmo a nossa vizinha Argentina.

Provavelmente, em função de dados do tipo, o MEC continua autorizando a abertura de cursos pelo Brasil afora, embora a média de notas no Provão de Jornalismo nos últimos cinco anos não ultrapasse a cinco. Os números mostram que a qualidade dos cursos é inversamente proporcional à sua proliferação.

A avaliação dos cursos de Jornalismo, aquém do mínimo desejado, não implica que se desdenhem alguns resultados positivos que as novas condições de avaliação impostas pelo MEC vêm trazendo para o ensino superior como um todo. Até para fugir do vexame nacional de verem seus cursos com conceitos insuficientes estampados em manchetes na mídia, proprietários do ensino de Terceiro Grau no Brasil começam a se movimentar. Claro que, em muitos casos, a atitude não está necessariamente atrelada a compromissos com o ensino, mas em função do receio da falta de credibilidade que afugenta futuros estudantes e atinge diretamente os cofres das Universidades.

Seja qual for o motivo, altruísta ou mercantilista, a verdade é que as conseqüências já se fazem mostrar. Diversos cursos correm atrás da tecnologia para seus laboratórios, disputam a ferro e fogo o pequeno rol de professores titulados e começam a invadir o mercado jornalístico à procura de profissionais que venham socializar sua experiência com os estudantes e professores.

Em termos de titulação, por exemplo, segundo o MEC, o número de mestres e doutores ministrando aulas nas Universidades do País subiu de 50,4 por cento, em 1998, para 55,9 por cento, em 2001, dado que não deve ser desprezado, principalmente se for levada em conta a duração de cursos do tipo, que muitas vezes ultrapassam a três anos.

Mas o crescimento de professores titulados em uma Universidade não necessariamente implica melhor qualidade de ensino. Mesmo porque a própria pós-graduação no Brasil - especialmente na área de Jornalismo - deixa a desejar.

Na verdade, muitos desses cursos se perdem em intermináveis discussões teóricas, afugentando grande parte daqueles que, atuando na profissão, seriam fundamentais para reforçar o corpo docente dos cursos de Jornalismo; principalmente se tivessem a oportunidade de cursar Mestrados e Doutorados na área.

Atualmente, o cenário é o de cursos de pós voltados para a Comunicação em geral e que, na maioria das vezes, perdem-se em discussões genéricas, praticamente descartando as questões que envolvem a prática profissional do Jornalismo. Tal cenário tem servido de palanque para aqueles que defendem o fim da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo, rotulando as Universidades como um engodo para aqueles que realmente querem ingressar na profissão.

A argumentação freqüente ecoa, mesmo porque muitos cursos menosprezam o ensino do Jornalismo também enquanto técnica. Como exemplo, basta analisarmos algumas respostas ao questionário distribuído pelo MEC a quase seis mil alunos que fizeram o Provão de 2001.²

Quando perguntados sobre a freqüência com que escreviam e editavam nos jornais-laboratório de suas Universidades, quase 58,4 por cento dos estudantes afirmaram ter participado de no máximo três veículos do tipo durante todo o curso. Mais surpreendente ainda: 7,5 por cento dos graduandos disseram nunca ter cumprido esse tipo de atividade na escola.

Os estudantes expressaram também seu nível de descontentamento em relação ao baixo nível de exigência na Universidade. Cerca de 74 por cento dos alunos consideraram que o curso deveria ter sido mais exigente.

O questionário registrou ainda que a área do jornalismo impresso ainda é a de maior preferência (35,7%), seguida de televisão (30%), assessoria de Imprensa (16%), jornalismo "on-line"(8,8%) e, por último, rádio (8,5%). Mais do que isso, o questionário deixou claro que o aluno de Jornalismo entra no curso

² EDUCAÇÃO, Ministério da. *Resultado do Exame Nacional do Curso de Jornalismo - extrato do volume 13 do relatório-síntese do ENC 2001*, p. 132, 137, 140 e 141.

basicamente a fim de exercer a sua profissão quando formado. Quase 80 por cento dos graduandos registraram que pretendiam procurar emprego ou continuar na área de Jornalismo.

Formação específica

O cenário exposto até aqui, acrescido de diversos dados que foram coletados durante os últimos anos pelo Ministério da Educação, levam à necessidade de reformulação das diretrizes que têm permeado os cursos de Jornalismo no Brasil nas últimas décadas.

Portanto, quando se aponta para a reformulação, já se subentende a defesa clara e evidente - a qual assinamos embaixo - da formação universitária para o exercício da função de jornalista. "As razões dessa escolha fundamentam-se no senso comum. A responsabilidade envolvida no tráfego de informações, a sofisticação tecnológica e a relevância do direito dos cidadãos à informação indicam a necessidade de estudos demorados para a prática do Jornalismo - estudos que, como acontece com as demais profissões de nível superior, deverão estender-se por toda a vida".³

Mas para prepararmos profissionais com perfil correto a fim de melhor desenvolver a atividade jornalística é necessário que a Universidade reestruture o currículo de Jornalismo.

A primeira das mudanças diz respeito ao tipo de formação objetivada no curso. Propomos que seja específica, assim como a Comissão de Professores Especialistas em Jornalismo⁴ tem apontado desde que iniciou seu trabalho junto ao MEC.

O professor Nilson Lage, um dos integrantes dessa comissão, defende que as escolas "devem voltar-se para a realidade dos jornalistas como categoria e da atividade como empreendimento. Isso implica, naturalmente, o distanciamento dos estudos de comunicação como vêm sendo habitualmente praticados...O conceito de comunicação, em sua origem histórica, é avesso ao Jornalismo. Ele é considerado exclusivamente por sua vertente originária, publicística, rejeitando-se toda possibilidade de um Jornalismo que seja serviço público e de uma informação que seja conhecimento".⁵

³ LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.180.

⁴ O Ministério da Educação, por intermédio de portaria ministerial, nomeou em 1987 uma comissão de professores e profissionais em Jornalismo, com o objetivo de criar as diretrizes do Provão que, em Jornalismo, passou a ser feito a partir de 1998. A nomeação dos integrantes desse grupo foi feita a partir de indicações de entidades ligadas ao Jornalismo e à área acadêmica do mesmo segmento. Essa comissão tem sofrido alterações anualmente, a fim de que se estabeleça processo de oxigenação fundamental para um trabalho do tipo. A comissão não recebe qualquer tipo de remuneração. Todos os integrantes vivem da sua profissão como jornalistas e professores de Jornalismo em diferentes universidades do País.

⁵ Lage, op. cit., pp 180 e 181.

Em linhas gerais, a Universidade deve formar profissionais com domínio do idioma e das estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, aliando esse objetivo aos de proporcionar aos futuros profissionais cultura ampla, curiosidade intelectual, espírito crítico e inovador, grande competência em colher informações, interpretá-las com acuidade e traduzi-las de forma clara ao público, além de inculcar e cobrar constantemente o compromisso com a ética e a cidadania.

Em termos específicos, é necessário que os cursos de Jornalismo abandonem aquilo que denominamos aqui de "prática da gambiarra". Na ânsia e, em muitos casos, na boa intenção de introduzir a técnica em seu currículo, muitos coordenadores de curso simplesmente eliminaram o conteúdo teórico de disciplinas técnicas e utilizaram a carga horária para a edição de veículos.

A conseqüência tem sido o fazer sem o refletir e muitas vezes a própria ausência do fazer. Importante frisar que o fazer deve ser freqüente nos cursos de Jornalismo, mas não deve minimizar a discussão teórica sobre a técnica. A Universidade deve colocar seus estudantes de Jornalismo com um pé na produção jornalística e outra na discussão acadêmica desse tipo de produção. Caso contrário, a academia perderá a sua razão de existir. Para simplesmente aprender a técnica (o simplesmente não significa que os cursos deixem de lado o ensino fundamental da técnica) talvez seja melhor o aluno estagiar três ou quatro meses em um veículo de Comunicação do que despender quatro anos nos bancos universitários.

Voltando ao conteúdo das disciplinas, o que defendemos é que para elaborar um jornal o aluno conheça antes a teoria dessa técnica já desenvolvida por muitos autores. Editar, por exemplo, não deve ser um processo passado para o aluno apenas por intermédio da simulação da prática, no jogo do acerto e do erro. É fundamental a disciplina de Edição, com toda a discussão da literatura sobre o tema, aliada ao aprofundamento nos critérios de edição mantidos pelo mercado. Isso não elimina a prática laboratorial, mas os momentos são distintos, ou seja, com horas-aula destinadas a um e outro tipo de atividade.

Outro aspecto que entendemos possa ser

seguido por aqueles que estiverem abertos a modificações nos currículos de seus cursos é o que diz respeito à introdução de matérias técnicas desde o primeiro ano do curso (a prática, admitimos, já vem sendo adotada há anos em várias Universidades). Mais uma vez - alertamos - a técnica não deve estar dissociada de uma discussão teórica.

Por que não se introduzir a disciplina de Teoria de Jornalismo no curso, em vez de se desperdiçar tantas horas-aula com discussões de cunho meramente ideológico, travestidas do conteúdo de Teoria da Comunicação. Entendemos sim a Teoria da Comunicação como relevante, mas desde que seja ministrada de forma a fazer o aluno perceber esses estudos como ponte para o Jornalismo. É impressionante como, por exemplo, a pesquisa sobre o que é notícia resume-se a quatro ou cinco definições em uma sala de aula. Como se imaginássemos que, decorando tais assertivas, o estudante estivesse apto a sair às ruas, captar o que é relevante jornalisticamente e elaborar o texto.

Para aqueles que trabalham com reportagem parece claro afirmar que uma das grandes falhas em nossos repórteres é justamente não ter sensibilidade para saber valorizar os fatos do ponto de vista noticioso.

Mesmo porque por mais que se diga que a notícia se sente pelo faro, nunca se deve esquecer que há critérios específicos para diferenciar uma informação da outra, valorizando-a mais ou menos de acordo com seu grau de atualidade, universalidade, dramaticidade, interesse público, entre diversos outros motivos.

Discussões teóricas, seguidas de oficinas de técnica, são fundamentais para incutir esses critérios e desenvolver a sensibilidade do aluno para a notícia. E não deve haver constrangimento de ocupação de horas-aula. Impossível um aluno seguir adiante sem ter amadurecido profundamente o valor da notícia. Nossas redações estão repletas de profissionais vítimas da superficialidade da abordagem de conceitos básicos na Universidade. Costuma-se confundir o erro com o de falta de domínio das técnicas de redação do lide. Pode até ser, mas o problema é muito mais amplo e, definitivamente, tem nascedouro na incompreensão do que significa notícia.

Fim ao reboque

Uma outra preocupação que os coordenadores de curso devem ter ao projetar o currículo de suas escolas é aquela voltada à tradicional discussão sobre o papel da Universidade.

Consideramos que os cursos de Jornalismo não devem estar a reboque do mercado; o que não significa devam voltar as costas para o que se desenvolve no dia-a-dia dos veículos.

O aluno deve receber informações e prática suficiente para "se defender" quando for "despejado" no mercado. Mas, antes de tudo, precisa ter convivido com novas formas de fazer nos bancos universitários, produto de reflexões que desenvolvam seu espírito crítico. A Universidade não deve estar a reboque mas sim na vanguarda do mercado.

Hoje, muito do conteúdo dos nossos veículos laboratoriais é meramente uma cópia, com bem menor qualidade, daquilo desenvolvido nas Redações brasileiras. Um exemplo típico: muitos cursos já adotaram a publicação de jornais-laboratório em cores, como puro reflexo mecânico do que se faz em nossos veículos. Caberia a argumentação: temos que preparar o futuro profissional a lidar com edições coloridas. Ora, mas é comum se ensinar a editar, por exemplo, com a utilização das cores? Não, certamente; esse parece ser apenas um mero detalhe.

Mais do que questões pontuais, parece-nos fundamental que o aluno de Jornalismo, ao sair da Universidade, tenha adquirido contexto sólido da evolução histórica do Jornalismo e, conseqüentemente, do panorama da mídia brasileira. Saber identificar e diferenciar linhas editoriais, desenvolver a ótica daquilo que não é dito claramente mas salta aos olhos em uma análise mais crítica do conteúdo dos nossos veículos de comunicação. Evidentemente, o desenvolvimento dessa habilidade no futuro profissional deve ser produto indireto de todas as disciplinas do curso; no entanto, sugerimos a introdução sistemática dessa discussão por intermédio da inclusão de uma disciplina que aborde a leitura crítica da mídia.

Outra questão que não poderíamos deixar de tocar neste artigo é aquela voltada à habilidade do jornalista à frente da comunicação organizacional. Os cursos de Jornalismo não

podem mais abrir mão das discussões sobre o jornalismo rotulado como institucional. As atividades de assessoria de Imprensa, de edição de veículos empresariais, entre outras, precisam merecer disciplinas específicas. Não só isso: urge que se abra espaços para experiências laboratoriais nessa área, como por exemplo a criação de um escritório júnior de comunicação integrada no curso de Jornalismo.

Claro que esse tipo de objetivo no curso pode implicar polêmicas de caráter deontológico. É função do jornalista trabalhar com a verdade institucional, distanciando-se por tanto do caráter público que reveste a atividade do Jornalismo? Adentrar nesse meandro seria tarefa de real fascínio, mas entendemos deva merecer artigo exclusivo.

Cabe apenas ressaltar que, depois de impresso e tv, a área de Assessoria de Imprensa é a mais procurada por alunos que freqüentam as Universidades.⁶ Tanto que se estima em mais de um terço o número de jornalistas sindicalizados no Estado de São Paulo atuando em assessoria.⁷

Imbróglgio à parte, é necessário que os cursos de Jornalismo enfrentem definitivamente essa realidade e adotem uma forma de ação. A que recomendamos é a de abertura de espaço curricular para o aprofundamento no tema.

Pesquisa científica

Para finalizar esse artigo, que reputamos como mero subsídio de contribuição para reflexões mais aprofundadas sobre a questão curricular nos cursos de Jornalismo, não podemos nos furtar a uma passagem pelas questões que envolvem os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

Esse segmento do curso de Jornalismo tem sido motivo de muita polêmica nas Universidades. Muitos coordenadores de curso parecem confundir os TCCs com os projetos laboratoriais, simplesmente substituindo uns pelos outros. Na realidade, o que se deveria fazer - e muita gente já vem agindo assim - é reservar carga horária, além daquela destinada aos veículos laboratoriais, especificamente para a orientação e elaboração dos TCCs.

A sugestão é a de que tais projetos já possam ser pensados pelos alunos pelo menos no terceiro ano do curso, em uma disciplina do tipo Metodologia do Trabalho Científico. Nesse

⁶ EDUCAÇÃO, Ministério da, op. cit., p.141.

⁷ SÃO PAULO, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado. *Pesquisa Estadual - Jornalistas, apresentada no XII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Imprensa*, em 14.05.96. Segundo alguns números apresentados no encontro, o contingente de jornalistas registrados no Estado de São Paulo trabalhando em microrredações, assessoria de Imprensa de empresas e em empresas de assessoria de Imprensa era de 2.817 profissionais, o equivalente a 36,62% do total da categoria, p12.

momento, os alunos teriam uma carga horária destinada aos trabalhos científicos em geral e, posteriormente, teriam contato com regras e regulamentação dos TCCs no curso. Em uma terceira fase, iniciariam a elaboração de projetos visando a sua execução no último ano de faculdade.

Esses projetos podem incluir a grande reportagem, nos diferentes tipos de veículo, livro-reportagem, vídeos institucionais, projetos de assessoria de Comunicação, trabalhos na área de fotografia e planejamento visual, entre outros.

Importante, mais uma vez, frisar que tais projetos não podem substituir aqueles normalmente desenvolvidos nos laboratórios. Por exemplo: reportagens de página inteira costumam ser elaboradas nos jornais-laboratório, o que não significa eliminar-se a possibilidade de realização de um TCC sobre grande reportagem. Claro que nesse último caso o trabalho de pesquisa, de investigação e de edição merecerá maior aprofundamento em função do tempo disponível para o estudo.

Todos esses projetos, mesmo que práticos, deverão ser entregues à banca de professores examinadores acompanhados de relatórios técnicos, cujo objetivo é expor a teoria desenvolvida nos trabalhos: como exemplo, a forma de texto abordada, o motivo de sua escolha, a bibliografia de suporte etc.

O objetivo desses TCCs deve ser o de possibilitar ao aluno que utilize esse momento do curso para desenvolver sua habilidade naquela área do Jornalismo com a qual mais se identifica e que pretende atuar profissionalmente. Do ponto de vista acadêmico, é proporcionar ao estudante fazer e refletir sobre novos produtos jornalísticos ou, ainda, analisar criticamente os produtos desenvolvidos no cotidiano da mídia. Importante também lembrar que entre as categorias reservadas dentro do TCC não se pode abrir mão das monografias. No questionário-pesquisa distribuído pelo MEC quando da realização do Provão 2001 em Jornalismo, cerca de 93,5% dos estudantes "afirmou que pretendia continuar estudando após a conclusão do

⁸ EDUCAÇÃO, Ministério da, op. cit., p 142.

curso... 41,9% em nível de Mestrado e Doutorado".⁸

Em consequência, cabe à Universidade estimular o aluno na pesquisa científica e permitir-lhe base para que possa prosseguir seu trabalho de pesquisa acadêmica. Independentemente desse aspecto, cabe lembrar que o mercado de professores de Jornalismo está em expansão, ainda mais nos últimos anos com a exigência de títulos de Mestre e Doutor para que se possa ingressar no corpo docente das Universidades.

Outros dois aspectos relevantes se referem à memória desses TCCs, que deve estar arquivada em setor específico na biblioteca do curso, e ao número de horas-aula destinado aos TCCs. A recomendação é a de que cada aluno tenha pelo menos uma hora semanal para o desenvolvimento do seu trabalho, em horário previamente estabelecido e que não encavale com a carga horária de outras disciplinas.

Diante de todas essas sugestões elencadas neste artigo, nossa expectativa é a de que tenhamos podido contribuir de alguma forma para aqueles coordenadores de curso que vêm refletindo sobre o ensino de Jornalismo. Claro que reconhecemos as diferenças de região para região e as peculiaridades de cada curso, mas não podemos perder de vista que o jornalista formado nas Universidades brasileiras deve ser capaz de atuar em qualquer município, capital ou país. Afinal, o Jornalismo, enquanto função pública, não deve ou não deveria mudar pelo bel prazer de seus proprietários.